

A utopia informacional (Nota sobre o ensaio Big Tech, de Evgeny Morozov) | Luiz Marques

01/09/2023

Quando a máquina elétrica de debulhar milho chegou ao campo, os peões de estância exclamaram: “Não falta inventar mais nada!” Era o auge do progresso. Com a digitalização, a tecnologia – da informática – adquiriu uma importância na geopolítica, na finança mundial, no consumismo e até na apropriação corporativa dos relacionamentos íntimos. Agora, debulha-se os dados para extrair as previsões. Como no poema de William Blake: “A humilde Ovelha exibe o chifre ameaçador”.



Ideologia neoliberal

Urge a criação de dispositivos reguladores das tecnologias. “A tarefa futura da política progressista, no Brasil e em outras partes, deve ser a de desenvolver uma estratégia para assegurar esse controle, evidentemente, por meios democráticos”, alerta Evgeny Morozov, no prefácio redigido para a edição brasileira do ensaio *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. O bielorrusso é colaborador do The New York Times, The Economist, The Wall Street Journal, Financial Times e Observer (The Guardian), sendo republicado também em jornais da Espanha, Itália e Alemanha.

Escolhido um dos europeus mais influentes, o escriba reza pelo milagre. “O que se requer é um poderoso *ethos* de dinamismo empresarial, associado ao compromisso de repensar radicalmente o funcionamento da sociedade, e o papel que a tecnologia desempenha nela” (p. 10). Se não crê que a evolução cibernética, *per se*, coíba abusos contra a privacidade; acredita que “a utopia tecnocrática da política apolítica” possa vir a gerar um novo *habitus* no capitalismo, por um passe de mágica (p. 92). Mas a antinomia sugerida não depõe em desfavor do ensaísta, que não se perde pelo detalhe.

A tese central do livro é simples: “Toda discussão de tecnologia implica sancionar, muitas vezes involuntariamente, alguns dos aspectos perversos da ideologia neoliberal” (p. 25). A coisa acontece porque a discussão se dá com a gramática e sintaxe da tecnologia, elidindo a reflexão política. O modelo

“dadocêntrico” liquidifica as dimensões da existência cotidiana em ativos rentáveis. Um leilão secreto ocorre sobre as preferências e as dúvidas monetizáveis dos indivíduos. Toma-se conhecimento sobre quem venceu o leilão por intermédio das ofertas comerciais no celular. Byung-Chul Han denomina “infocracia” esse intrusivo processo contábil de codificação mercadológica.

Uma doce fantasia

O Vale do Silício reinventou o Iluminismo. Larry Page (Google) e Mark Zuckerberg (Facebook) encarnam Diderot e Voltaire. O saber e as pesquisas produzidas nas universidades parece ocioso, frente ao empreendedorismo idealizado da cartilha hegemônica. Os empreendedores seriam os portadores das luzes que levam à autonomia e ao “socialismo digital”, pelo empoderamento do usuário – fazendo com que os generosos mercados despejem benefícios materiais aos que estão relegados às margens da sociedade. Uma doce fantasia: “O Facebook interessa-se por ‘inclusão digital’, como os agiotas se interessam pela ‘inclusão financeira’ - em função do dinheiro” (p. 55).

A “inteligentificação” da cotidianidade faz o Google intermediário entre o consumidor, a geladeira e a lixeira – para o monitoramento. Algoritmos só não informam para *quem* trabalham. “Se favorecem os plutocratas que evitam impostos, as instituições financeiras globais interessadas nos orçamentos nacionais equilibrados ou as empresas que fabricam *softwares* de rastreamentos, – dificilmente se trata de um êxito democrático” (p. 87). Miram o consumidor. O cidadão não existe. Foi abduzido.

As avaliações se atêm à eficiência econômica e evitam os critérios políticos do bem comum. Os neotecnólogos almejam “a morte da política”. Os problemas sociais devem ser resolvidos com aplicativos, sensores e ciclos infinitos de retroalimentação, – propiciados por *startups* enxutos. Os conflitos entre as classes sociais seriam subprodutos analógicos. A colonização digital recrudescer a convicção no fim da luta de classes e ideologias. Dados infocráticos apagam teorias antissistêmicas, guerras de posição e movimento. A mensuração algorítmica reorganiza o Estado. As cinco irmãs (Apple, Google, Facebook, Microsoft e Amazon) pressionam para digitalizar afazeres públicos. Mas a Suécia, após quinze anos, retirou das escolas os *tablets* e devolveu livros físicos às salas de aula.

Economia em rede

“Somente por meio do ativismo político e de uma vigorosa crítica intelectual da própria ideologia do ‘consumismo da informação’, subjacente a essas aspirações, poderemos prevenir o desastre” (p.131), sublinha Evgeny Morozov. O ponto de partida para uma autocritica é a crise climática. O século XX estipulava o pagamento da energia com a tabuada do pegue-pague. Anulava qualquer juízo de valor ambiental. O arranjo para a troca de créditos de carbono foi concebido para corrigir o problema, antes do colapso. A racionalidade adveio de campanhas dos ambientalistas militantes.

Há dilemas éticos. Os sensores precificam cifras de mercado para o conjunto dos usuários. Se uma decisão prejudicar alguém, o fator moral cobra um exame de consciência. Não bastam os cálculos sobre a vantagem financeira na economia compartilhada. “Devemos nos empenhar ao máximo para sustar a aparente normalidade econômica do compartilhamento de informações” (p. 134). Incentiva-se a competitividade transindividual para o capital espichar os tentáculos funcionais na sociedade.

Os casos de Julian Assange e Edward Snowden são cruciais ao futuro da democracia, cuja virtude é admitir a imperfeição, recorrer ao coletivo e otimizar a aprendizagem frente as ameaças da extrema direita. O “Estado de bem-estar digital, paralelo e privado” funda-se nas políticas de austeridade fiscal. O sucesso do Uber, por exemplo, depende da liberalização do trabalho e da precarização da mão da obra. Para David Harvey, na fase neoliberal do capitalismo prevalece a “acumulação por espoliação” dos pobres, enquanto se agravam as desigualdades. A renda básica compensaria o fim do salário como instituição social, pelos excluídos inempregáveis “no universo *high-tech*” (p. 161).

Assange e Snowden

O extrativismo de dados pela “inteligência artificial” (desde 1993, verbete no *Dicionário do pensamento social do século XX*, de William Outhwaite e Tom Bottomore) mascara contradições do sistema; não equaciona-as. As informações evocam o petróleo em priscas eras. O dublê de Saddam Hussein é o ativista Julian Assange, à espera da extradição. O “crime” do fundador do WikiLeaks (2006) foi publicar o subterrâneo das invasões do Afeganistão (2001), Iraque (2003), o ataque aéreo a Bagdá com vítimas civis (2007) e revelar que o *Gmail* de líderes estrangeiros fora violado no *CableGate* (2010). A imprensa evapora a perseguição. A vassalagem ao imperialismo é vergonhosa.

Edward Snowden, com sacrifícios pessoais, reuniu-se com Glenn Greenwald (*Intercept Brasil*) em Hong Kong para repassar provas das acusações de espionagem da Agência de Segurança Nacional, da potência do Norte. Exilou-se para escapar à vingança oficial. Foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 2013 e 2015. O documentário sobre a vigilância de massas pela CIA, de Laura Poitras, *Citizenfour*, conquistou o Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas. Oliver Stone filmou a cinebiografia de Edward, intitulada *Snowden*. Seu heroísmo já está no mural da história.

O “consumismo informacional” compara-se ao *crack*: vicia. A compulsão da nação imperial, em crise, impede a frase que a libertaria da doença: “Meu nome é ‘Estados Unidos’ e sou viciado em dados”. A sensação ao final da leitura lembra Jean-Jacques Rousseau, n’*As confissões* (1762-1765): “No abismo dos males em que estou submerso, sinto os golpes que me são dirigidos; distingo o instrumento, mas não posso ver a mão que o dirige, nem os meios de que se utiliza”. O livro de Evgeny Morozov desnuda a mão de dedos tentaculares e desmonta os ardis antidemocráticos.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS, ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.

Compartilhe nas redes: